

ÁGORA, Porto Alegre, Ano 7, Dez.2016.

ISSN 2175-37

DA NORMALIZAÇÃO À INCLUSÃO

Vitória Aguiar Korol¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir a inclusão na escola a partir do debate sobre conceitos significativos para a área, tais como normalização, igualdade, justiça e inclusão. Também apresenta algumas vivências e mediações pedagógicas pretendidas inclusivas na escola e que são registros de um movimento etnográfico virtual. O artigo busca ainda promover a reflexão de como, ao longo dos tempos, a sociedade pode (e é) impactada pelas ações inclusivas vividas e oportunizadas pela/na escola.

Palavras-chave: Educação, Normalização, Igualdade, Inclusão, Justiça.

INTRODUÇÃO

Quando se trabalha com inclusão e educação, é comum escutar que a escola inclusiva é o primeiro passo para um mundo inclusivo. Já como dizia Freire(2000), *se a educação, sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda*. Para pensarmos a escola inclusiva, proponho começarmos, então, abordando conceitos que costumam confundir: a diferença entre igualdade e justiça.

1 Acadêmica de Psicologia. Acadêmica de Pedagogia. Estagiária de apoio à inclusão em uma escola municipal de educação infantil da rede de Porto Alegre.

O primeiro conceito a ser destacado é o conceito de igualdade, que, segundo definição em dicionário, é a correspondência perfeita entre as partes de um todo, organização social em que não há privilégio de classes (AURÉLIO, 1975). Podemos inferir, a partir dessa definição, que a igualdade é tratar todos da mesma maneira, independentemente de suas diferenças, sejam físicas, neurológicas ou sociais.

O conceito de igualdade perante a escola foi colocado em prática inicialmente na Dinamarca, por Bank-Mikkelsen, na década de cinquenta, conhecido como “normalização”. Normalização na família, escola, formação profissional e trabalho. Até então, as pessoas que eram classificadas como portadores de NEE - necessidades educativas especiais eram mandadas para centros de cuidados especiais, e então esquecidas nos mesmos. O termo, e o uso dele, logo se difundiram pela Europa e América do Norte, por Wolfensberger (1972).

Ao atender o conceito de normalização, a educação das crianças com deficiência deveria ser feita em instituições de ensino regular, gratuita, e não restritiva. A ideia, *revolucionária*², foi implementada, porém diversas dificuldades surgiram. Concluimos, então, que a política da normalização surgiu inicialmente da necessidade de igualdade dentro das escolas, e ainda que esses dois conceitos - normalização e igualdade - andem de mãos dadas na história da escola inclusiva, outros entendimentos são necessários.

A Declaração de Salamanca (1994), documento orientador que apresenta princípios, políticas e práticas para a área das necessidades educativas especiais, é por muitos considerada o marco inicial em caminho à educação inclusiva. Esse documento fornece as diretrizes básicas para a reforma de políticas educacionais, transformando o entendimento de igualdade, materializada pela normalização, em justiça. É preciso destacar que essas diretrizes afirmam que a inclusão se dá quando todos os alunos são educados juntos, porém com o apoio que cada um necessita.

DO APOIO NECESSÁRIO À INCLUSÃO

2 Uso o destaque para o termo “revolucionária” para definir que há aqui uma marcação de época.

O que seria, então, o apoio necessário à inclusão? Não julgamos um peixe por conseguir, ou não, escalar árvores. É então, a partir da metáfora do peixe que a palavra justiça começa a ter significado para o argumento deste texto. Durante a “normalização”, alunos com NEE eram perdidos dentro de um grande grupo, sufocados por todas as atividades que seus colegas eram capazes de alcançar - e eles, muitas vezes, não. Em situações como essa, o apoio de um profissional torna-se necessário, para ajudar, incentivar, e encorajar as crianças com determinadas especificidades a conquistarem algum sucesso escolar, apesar de sozinhas encontrarem obstáculos.

A diferença entre a normalização e a inclusão seria, então, a mesma entre igualdade e justiça. A normalização visava à igualdade entre os alunos, que todos fossem avaliados da mesma maneira perante a sua inteligência³. A inclusão, diferentemente, visa à justiça, para que então as crianças com NEE possam, também, participar do processo de ensino-aprendizagem, levando-se em conta suas especificidades e recebendo o necessário olhar e apoio para isso.

O PROFESSOR E A INCLUSÃO

Após a Declaração de Salamanca (1994), o papel tradicional dos professores e da equipe técnica da escola mudou (ROGALSKI, 2010). Enquanto antes, a função do professor era educar e avaliar, após o início da educação inclusiva, espera-se que o professor e o aluno se tornem mais próximos, enfrentando os obstáculos de ensino-aprendizagem em conjunto; e, também, o processo de ensino-aprendizagem foi modificado, para, quando necessárias, metodologias diferenciadas pudessem ser introduzidas no dia a dia. Apesar da educação inclusiva ser realizada em ambiente escolar comum, foram implementados diversos serviços educacionais para esse apoio ao aluno especial. (RODRIGUES, 2015).

A Educação Especial é responsabilizada por oferecer oportunidades e garantir a permanência do aluno na escola, além de atender aos estudantes com deficiência em local próximo à sua residência e proporcionar a ampliação do acesso às salas de aula comuns (SEESP, 1995). Os esforços para chegar à educação inclusiva são perceptíveis, porém, na prática, as dificuldades encontradas são, também, visíveis. A primeira delas é: Qual a real função de um profissional inclusivo dentro da sala de aula?

³ Segundo WOLFENSBERGER (1972).

Para alguns professores, a presença de um estagiário ou monitor pode, muitas vezes, significar que estão retirando sua autoridade dentro da sala de aula, e logo, situações mais hostis começam a surgir. Ao lidar com o problema, hipóteses e propostas de solução surgem: tanto a falta de conhecimento pela função do estagiário de inclusão, como a hostilidade do professor. A conversa é o melhor caminho a ser tomado na busca da solução.

A ajuda ao professor, sendo esta relacionada aos alunos com NEE ou não, nunca deve ser negada, digo por experiência. Afinal, um estagiário busca aprender, e todo tipo de conhecimento deve ser bem-vindo, porém o objetivo principal deve ser o desenvolvimento do aluno com NEE.

Em alguns casos, a desinformação que circula dentro do sistema de educação brasileira atinge níveis altos, e o objetivo, outrora simples de se conciliar com outras funções dadas ao estagiário de inclusão, se torna inalcançável. Quando a desinformação de um profissional sobre inclusão e sobre o papel do estagiário de apoio, utilizando-se do diálogo como a ferramenta de mudança, o estagiário deve tentar informar o profissional sobre a educação inclusiva, se possível, tirando dúvidas do mesmo.

Mas qual o motivo do trabalho de inclusão ser tão desconhecido e, muitas vezes, até criticado por professores, que, em sua maioria, fazem parte de uma geração da sociedade mais antiga? É perceptível que muitos professores ainda estão presos ao antigo conceito da normalização, mesmo que não o conheçam por esse nome. Novamente, tentar explicar, conversar e tirar as dúvidas destes profissionais é tudo o que pode ser feito, a formação dos sujeitos acerca do tema. Pessoas com pensamentos ultrapassados ou considerados desatualizados frente a novos entendimentos de igualdade/justiça ou normalização/inclusão existem, sabemos, porém a premissa é de mudança, e por ela, esperamos.

Apesar da normalização ainda ser muito presente no sistema educacional brasileiro, não podemos esperar a mudança sem contribuir para a mesma. Se é assim, como podemos passar por cima da normalização, e andar em direção a uma real escola inclusiva?

UMA PRÁTICA INCLUSIVA

O primeiro passo para uma prática, de fato, inclusiva é buscar apoio na literatura especializada na área. Utilizando todo material que nos é disponibilizado sobre alunos com NEE, poderemos compreender melhor nossa ação pedagógica. Paciência, carinho e amor são ajudantes indispensáveis na hora de auxiliar um aluno que busca a evolução. Como estudante e pesquisadora, relatarei, abaixo, algumas das atividades feitas com um aluno com TEA (Transtorno do Espectro Autista), e como foi o desenvolvimento do mesmo, antes e após o início das atividades.

Cabe dar destaque que as atividades relatadas a seguir foram, também, registradas em meu blog, dedicado ao estudo de crianças com NEE. A criação do blog surgiu como uma proposta de utilização do apoio tecnológico no registro das ações pedagógicas vividas neste estágio e principalmente, buscando solidificar um movimento de auto: reflexão e formação. O blog pode ser acessado através do endereço: <http://descobrimdo-a-neurodiversidade.blogspot.com.br/>.



Ilustração 1: Print de tela do blog: Descobrimdo a neurodiversidade

O uso do blog como ferramenta de registro diário aproxima a pesquisa desenvolvida a uma experiência de etnografia. A etnografia é uma metodologia que busca observar os sujeitos, as práticas sociais, as vivências cotidianas de determinados grupos sociais, bem como suas culturas, modos de viver. Em minha vivência, a experiência da pesquisa é presencial. O espaço é presencial e os sujeitos em interação encontram-se em ambiente presencial. Porém o movimento pessoal de apoio – instituição de um diário - nesse processo de formação foi digital ou virtual. O blog constituiu-se assim como ferramenta de formação pedagógica pessoal.

Relato UM: Dia ensolarado, a proposta da professora era subir em árvores. Como sempre, as duas pequenas árvores do pátio logo foram cercadas pelas muitas crianças que, felizmente, trepavam entre os galhos, algumas com mais facilidade, outras com menos. Apenas uma das crianças a, com as mãos na boca, a atividade, talvez não entendendo o motivo de todos estarem subindo nas árvores.

Essa criança, um aluno de inclusão. Portador de TEA, com dificuldades de comunicação. Foi necessário abaixar, olhar bem dentro dos olhos dele, e repetir não apenas uma, duas, ou três vezes. Cinco vezes, no mínimo, para que um grande sorriso se espalhasse no rosto do mesmo, e, logo, quando algumas crianças descobriram outra atividade interessante, me puxava para perto das árvores.

Observou, então, cuidadosamente, provavelmente percebendo todos os pequenos detalhes da planta, antes de se segurar em um dos galhos mais grossos, me encarando com um grande sorriso ao colocar um pé na parte mais baixa da árvore. Percebi, então, que me testava. Qual seria a minha reação ao vê-lo subindo em uma árvore? Diria que era perigoso, ou ficaria feliz por ele tentar?

A última opção, certamente. E ao encontrar um grande sorriso em meu rosto, logo segurava em minha mão, quase como se pegasse um pouco de minha coragem, para subir completamente nas raízes da árvore. Foi, então, uma festa! A primeira vez que subia em árvores, um grande passo tanto para sua coragem, quanto para suas habilidades motoras. Foi, definitivamente, um grande dia.



Outra atividade parecida apareceu alguns dias depois: andar de patinete. Diferente da primeira vez, o interesse foi imediato, e logo ele já tinha um patinete em mãos, usando-o como um grande carrinho. Parou, no entanto, ao perceber os colegas utilizando-o de uma maneira diferente, e logo soltou uma grande risada, apontando para os colegas.



Olhava pra mim, como se perguntasse se podia, também, tentar. A minha pergunta foi imediata. “Vamos andar também?”. E recebi um grande sorriso, com um pé trêmulo em cima da base do brinquedo. Mas, qual o motivo de utilizar a palavra vamos, em vez de pedir para que ele tentasse sozinho? Apresentar para ele, uma criança que dificilmente se relacionava com os colegas, o conceito de um grupo, de uma dupla. Explicar para a criança que ela não está sozinha, que ela pode pedir ajuda.

E foi o que ele fez! Guiou minha mão até o guidão do patinete e logo, confiante, colocou os dois pés na base do mesmo. Assim, o resto da manhã foi divertida, um laço de camaradagem se formando enquanto eu o ajudava a se equilibrar, e logo os colegas sorriam, gritando para que o menino os seguisse, incluindo-o em sua brincadeira.

Porém, nem tudo são flores, e alunos com TEA sofrem com outros problemas além de dificuldade motora e de socialização. A relação desse aluno em especial com as flores sempre me foi contada como difícil, era um momento de distração, e ela já havia arrancado metade do jardim.



Pediram-me, então, para ajudá-lo nessa relação. Como tínhamos estabelecido um vínculo, pediram para que eu fosse firme, que talvez ele entendesse. A realidade é que ele entendia. Porém, utilizava as flores para testar os adultos a sua volta, para experimentar a textura e para rir das cores.

Como pesquisadora, não acredito que, com ele em especial, colocar de castigo e ser firme funcionasse metade do que uma boa demonstração e conversa, apesar dele ainda não falar. Foi então que adotei uma prática de, sempre que passávamos por perto de uma flor, acariciar a mesma. E me abaixando na altura do pequeno estudante, olhando em seus olhos, repetia, “Como a florzinha gosta de carinho!”.

As semanas passaram, e não foi surpresa, quando o deixei sozinho por um breve momento, para ver que se aproximava do canteiro. A professora, ao meu lado, se apressou, porém antes de qualquer reação, ele acariciava a plantinha, repetindo, de maneira bagunçada, a palavra “carinho”. Outro dia, outro obstáculo superado! Ele, agora, além de entender que não pode arrancar a planta, entendia que ela merece carinho, logo mostrando que entendia também a relação com os outros, que possuem sentimentos, outrora, precisando de carinho. Não demorou para que acariciasse um colega machucado, murmurando a palavra “carinho”.

Apresento, agora, o Sr. Caixa de Leite, um de nossos grandes amigos, e objeto de aprendizagem também. Totalmente pensado pelo aluno, que me pediu para que colocasse a fralda, o Sr. Caixa de Leite representou um bebê, e, em menos de um dia, o aluno já repetia a palavra “bebê” pelos jardins da escola.



Como já citei, alunos portadores de TEA normalmente não possuem habilidades sociais desenvolvidas, e este aluno em especial tinha visíveis dificuldades em se relacionar com crianças de sua idade. Sua válvula de escape, então, foi o Sr. Caixa de Leite, que logo recebeu um grande sorriso e dois olhinhos!

Podendo presenciar a transformação de uma caixa de leite comum em um bebê, foi possível interpretar ou pensar sobre a falta que a criança sente de um amigo, e, logo, a turma toda já se interessava na caixa de leite, conversando com o aluno com NEE e brincando com o mesmo, que havia criado o Sr. Caixa de Leite.

O mesmo desejo pelo afeto de crianças de sua idade pôde ser visto em outra atividade. Utilizando massa de modelar feita pelos próprios alunos, todos foram convidados a criar qualquer objeto de sua imaginação, sem barreira alguma.



A resposta com aluno de inclusão foi única. Enquanto todos faziam bolos, carros, ou vulcões, o aluno criou outro amigo, dessa vez feito de massa de modelar, tampas de refrigerante e um pauzinho. Carregou o amigo pelo pátio pelo resto da manhã, e com dificuldade se despediu do mesmo na hora da saída, porém, certo de que o veria de novo no dia seguinte.

Essas experiências relatadas foram apenas algumas de minhas vivências pedagógicas com o aluno com TEA, um exemplo do apoio e auxílio que um profissional especializado pode oferecer, e também do quanto as crianças podem alcançar e construir em relações sociais e aquisição de conceitos importantes para o convívio coletivo, ao receber esse dito apoio à inclusão.

CONCLUSÃO

Apesar do número de profissionais de educação especial estar sofrendo um aumento, este ainda não é o suficiente. Muitas escolas ainda operam sem um profissional da área para apoio à inclusão, e a necessidade de crianças que não possuem auxílio apenas cresce.

O descaso ainda é uma realidade em algumas redes e escolas, inclusive da rede particular, porém a situação pode, e deve, mudar. Acredito, no entanto, na mudança a longo prazo, pois com a ampliação do diálogo e da difusão da informação sobre justiça e inclusão, novas práticas escolares deverão ser oportunizadas.

Será, a partir da premissa que o primeiro passo em direção a uma sociedade inclusiva é uma escola inclusiva, que a responsabilidade de todos os sujeitos envolvidos nos processos escolares se tornará possível. Trabalhar com educação e inclusão é um desafio que coloca de forma bastante concreta a responsabilidade de cada um com a ampliação da inclusão social. Na escola, mas sobretudo, na sociedade.

REFERÊNCIAS

Referenciar todas as obras citadas conforme ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

Borges-Andrade, Jairo. Em busca do conceito de linha de pesquisa. **RAC**. v.7, nº 6, p.157-170. Abr./Jun. 2003

Rogalski, Solange. Histórico do surgimento da educação especial. **REI**. v.1, n.12, Jul./Dez. 2010. Disponível em: http://www.ideal.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf Acesso em 15 Set. 2016.

Rodrigues, Elisângela. O conhecimento psicopedagógico e suas interfaces: compreendendo e atuando com as dificuldades de aprendizagem. Disponível em: http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/atendimento_as_dificuldades_de_aprendizagem_de_ensino.pdf Acesso em 15 Set. 2016.

MEC. Declaração de Salamanca - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>
Acesso em 15 Set. 2016.

FLORES, C. Pensando a inclusão: uma reflexão sobre adaptações curriculares. **Ágora**. Porto Alegre: Dezembro, v.4, n.61, 2013.

FREIRE, P. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FERREIRA, A. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

BANK-MIKKELSEN, N.e.. Changing Patterns in Residential Services for the Mentally Retarded. Washington, D.c: President's Committee On Mental Retardation, 1969. Disponível em:
<<http://www.disabilitymuseum.org/dhm/lib/detail.html?id=1942>>. Acesso em: 15 set. 216.

WOLFENSBERGER, W.. The Principle of Normalization in Human Services. Toronto: National Institute On Mental Retardation, 1972.